



Centro Social de Peraboa

Relatório de Atividades e Contas 2021

Índice

Mensagem da Direção.....	2
Introdução.....	3
Informações Operacionais.....	5
Informação Financeira e Contabilística.....	12

Mensagem da Direção

No cumprimento dos Estatutos, nomeadamente o art.º 45, alínea b), vem a Direção do Centro Social do Divino Espírito Santo de Peraboa prestar contas aos seus associados do Programa de ação e Orçamento do ano que findou.

Como todos experimentámos, não foi um ano fácil: a pandemia que julgávamos ser algo passageiro manteve-se e mantém-se ainda com as restrições que experimentamos, os custos a nível de equipamentos, a nível de funcionários.

Completámos o ratio de utentes para ERPI que não se traduziu num aumento de rendimento porque mais utentes necessitam de mais funcionários e, com o passar dos anos, também as necessidades de cuidados mais individualizados vão aumentando.

A dificuldade maior que sentimos foi mesmo a nível de colaboradores: a situação geográfica do nosso Centro não é apelativa pela dificuldade dos horários de trabalho se conciliarem com os horários dos transportes públicos, pela despesa nos transportes pessoais, pela dificuldade de alojamento. Logo que encontram algo mais perto mudam-se, como é compreensível.

Salientamos aqui a importância que teve para a Instituição a contratação da Dra. Isabel como Diretora Técnica que é uma mais valia para o crescimento da intervenção na proximidade com todos os utentes nas três valências.

Tentamos superar as dificuldades, mas nem sempre conseguimos. Ainda esta semana tivemos que recorrer ao Ferro para nos fornecer as refeições porque as nossas funcionárias, por motivos de saúde, não puderam assegurar os serviços da cozinha.

Fazemos o que é possível, nem sempre o que mais gostaríamos.

Estamos atentos às necessidades e gostos de cada um dos nossos utentes desenvolvendo actividades que os motivem e ajudem a superar-se. Conseguimos montar uma sala de Fisioterapia onde uma técnica diariamente trabalha com eles. Este foi um dos melhoramentos que nos propusemos e conseguimos fazer. A vedação da varanda da entrada para maior conforto de todos está adjudicada e será realizada em breve bem como a instalação dos painéis fotovoltaicos para a produção de energia e redução na fatura da eletricidade.

Queremos agradecer-vos os donativos em géneros e outros que são sempre bem-vindos, bem como a consignação do IRS que, sem custos para vós, muito nos beneficiam. E já agora lembramos que a época deste ano começa já na próxima semana.

Todos sabemos que o ano que passou não foi fácil, mas este que estamos a viver não será melhor, pelo que já nos é dado experimentar: aumentos nos custos da energia, combustíveis, bens essenciais, ...

Confiemos!

Muito obrigada a todos.

Peraboa, 27/03/2022

A Direção do Centro Social do Divino Espírito Santo

Carina Maria Matos
CS

Carina Maria Fernandes Rocha

Introdução

O presente documento constitui o Relatório de Atividades e Contas de 2021 do Centro Social do Divino Espírito Santo de Peraboa, procedimento anual e obrigatório nos termos estatutários.

A elaboração é da responsabilidade da Direção, com a estreita colaboração da Diretora Técnica, responsável Administrativa/Animadora e do Contabilista Certificado.

Tem como principal objetivo a demonstração das atividades realizadas, a nível operacional e financeiro, aprovadas no Programa de Ação e Orçamento para o ano em análise.

O conteúdo deste documento é subdividido em duas partes:

- 1) Informação operacional - explanando as atividades desenvolvidas na instituição durante o ano, destacando os principais aspetos exigidos designadamente: associados, acordos/valências, clientes, recursos humanos, formação, parcerias, candidaturas, donativos, atividades socioculturais, entre outros;
- 2) Informação Financeira e contabilística - constituída pelas demonstrações financeiras exigidas por lei, acompanhada de várias notas técnicas explicativas de modo a facilitar e simplificar ao máximo a sua interpretação.

A redação final foi submetida a aprovação da Direção, ao Conselho Fiscal para análise e emissão do seu parecer, e posterior apresentação e aprovação da Assembleia Geral perante os associados.

Informações Operacionais

Associados

Os associados, como uma fonte de financiamento interna, são alvo de preocupação por parte da Direção, ambicionando que se estendam de forma cada vez mais significativa. Em 2021 verifica-se uma diminuição do número de associados, justificada pelo elevado número de falecimentos. A entidade comporta, no ano de 2021, um total de 338 associados.

Clientes

A Instituição, ao longo do ano de 2021 teve uma média de 55 clientes, repartidos pelas respostas sociais do seguinte modo: 30 em ERPI, 16 em SAD e 9 em Centro de Dia.

Acordos com o Instituto de Segurança Social

Dada a sua natureza social, o CSDES não consegue gerar fundos (de forma autónoma) para desenrolar as suas atividades, recorrendo a fontes externas que assumem, principalmente, a forma de acordos de cooperação (comparticipações) provenientes do Instituto da Segurança Social.

Mantiveram-se, no decorrer do ano em análise, os acordos de cooperação, celebrados para as respostas sociais, designadamente:

Serviço de Apoio Domiciliário - acordo para 28 clientes, sendo esta a capacidade máxima da resposta social;

Centro de Dia – acordo para 14 clientes, sendo a capacidade máxima de 20 clientes.

ERPI – acordo para 18 clientes, sendo a capacidade máxima de 23 clientes.

Em outubro de 2020 submeteu-se uma candidatura ao PROCOOP - Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais, para Revisão do Acordo de Cooperação para a valência de ERPI, tendo como objetivo aumentar o acordo de 18 para 23 clientes.

Acompanhamento Técnico pela CDSS

Em 2021 e no âmbito dos processos sociais, o CSDES foi objeto de visitas de acompanhamento técnico, seguindo as orientações e diretrizes emanadas.

Candidaturas

Em julho de 2021, a Direção implementou a candidatura ao programa +CO3SO Emprego – Empreendedorismo social (GAL) que tem como objetivo a criação de um serviço de fisioterapia.

Em outubro de 2021 submeteu uma Candidatura à Medida Investimentos RE-C03-I01 - Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais. TO 1.1 Mobilidade Verde - Aquisição de Viaturas Elétricas para SAD.

Criação de um Ginásio de Fisioterapia

Criação de um serviço novo de saúde, fisioterapia, direcionado numa 1ª fase para os clientes da ERPI e funcionários.

Os objetivos estratégicos da instituição com o desenvolvimento deste ginásio são: Diversificar os serviços de saúde prestados aos utentes; Melhoria da qualidade de vida das populações.

Pretende-se neste âmbito inovar no modelo de funcionamento do Centro Social.





Programas e Projetos do IEFP

O recurso a programas do IEFP tem merecido por parte da instituição uma atenção especial, indo ao encontro das necessidades pontuais da Instituição e possibilitando concomitantemente a reintegração no mercado de trabalho de população desempregada. No decorrer do ano de 2021 foram submetidas e aprovadas 9 candidaturas à Medida de Apoio de Reforço de Emergência em Equipamentos Sociais e de Saúde (MAREESS).

Redes, Parcerias e Cooperação

Ao longo do ano, a instituição reforçou a cooperação institucional, de forma a potenciar recursos e sinergias.

Destacamos os parceiros mais relevantes: Instituto de Segurança Social; Câmara Municipal da Covilhã; Junta de Freguesia de Peraboa e Castanheira; Centro Hospitalar da Cova da Beira, Centro de Saúde de Peraboa e Centro de Saúde da Covilhã; Associação Sagrado Coração de Maria do Ferro e outras IPSS do Concelho.

Iniciaram-se os procedimentos inerentes à formalização de novas parcerias: Universidade da Beira Interior, Escola Secundária Quinta das Palmeiras, Núcleo de Estudantes de Medicina, Núcleo de Estudantes de Ciências Farmacêuticas, NetGNA Lab do Instituto de Telecomunicações do Departamento de Informática da Universidade da Beira Interior.

Promoção e Imagem da Instituição

Em 2021, continuou-se a desenvolver a página da Internet da Instituição <https://csocial-peraboa.pt/> com o intuito de se dar a conhecer a Instituição e disponibilizar documentação útil para os sócios e comunidade em geral. Considerou-se outra forma de dar a conhecer a Instituição através da Rede Social Facebook em: <https://www.facebook.com/Centro-Social-do-Divino-Esp%C3%ADrito-Santo-Peraboa-217168972192821>, apresentando a toda a comunidade as atividades desenvolvidas na Instituição.

Considera-se que a Internet é um meio de comunicação poderoso e eficaz não só para dar a conhecer a atuação da Instituição mas também como meio de captação de apoios da sociedade civil.

Recursos Humanos

A Instituição promoveu a gestão eficiente dos Recursos Humanos, potenciando o alinhamento das suas práticas com os objetivos institucionais.

Ao longo do ano de 2021, foram sentidas algumas dificuldades a nível operacional, motivadas pela situação pandémica, por baixas médicas, medidas de apoio à família, por orientações legais e exigências externas.

Estas dificuldades foram colmatadas com candidaturas realizadas à Medida MAREESS, que permitiram assegurar a eficácia e a qualidade na prestação dos serviços aos nossos clientes. Atendendo a estes fatores, ao longo do ano de 2021 laboraram em média na Instituição 30 trabalhadores com vínculos laborais e 11 trabalhadores ao abrigo da Medida MAREESS.

Formação

A formação é um elemento essencial para uma melhor e mais eficaz prática profissional. Assim, no ano de 2021, a maior parte das horas de formação foram realizadas no sistema de e-learning, abordando-se temáticas diversas: Medidas de Autoproteção à Covid; Cuidados e Atuação na Proteção à Covid; Férias, Faltas e

Ferriados e Trabalho por turnos; Preparar o Relatório Único; Modalidades da Contratação e Cessação do Contrato de Trabalho na IPSS entre outras.

Higiene e Segurança no Trabalho

A Interprev assegurou a prestação de serviços nas áreas da Segurança e Saúde do Trabalho, Segurança Alimentar e Formação, visando a prevenção de riscos e promovendo a saúde. Foram efetuadas visitas de acompanhamento técnico, no sentido de assegurar um ambiente de trabalho seguro e saudável, através da prevenção, reduzindo e controlando riscos profissionais.

Consignação IRS

Através da Campanha de apoio à Consignação de 0,05% do IRS, no decorrer do ano 2020 recebemos a importância de 2.300 €.

Donativos

Verificou-se um aumento de donativos em géneros, principalmente, ao nível alimentar e ajudas técnicas.

Atividades de Animação Sócio Cultural

Animação de idosos, em específico, define-se, de uma forma geral, na maneira de atuar em todos os campos do desenvolvimento da qualidade de vida dos mais velhos, um estímulo da vida mental, física e afetiva da pessoa idosa. A animação não é apenas um momento, mas sim um trabalho diário que perdura, pois a animação incide ao nível psicológico, físico e social e é de vital importância proporcionar uma qualidade de vida aos idosos, preservando a autonomia, autoeficácia e autoestima

No que concerne ao cumprimento do Plano de Atividades, constata-se que a maioria das atividades planeadas foram realizadas.

O Plano de Atividades Anual de 2021 foi reajustado face à situação pandémica atual. As atividades em parceria, de interação com os idosos das diferentes respostas sociais, de saídas ao exterior, foram reconfiguradas e adaptadas.

De forma a garantir a animação aos idosos da resposta social de Centro de Dia, foram desenvolvidas, sempre que possível, atividades no domicílio dos mesmos.

Atendendo à avaliação das atividades de acordo com os indicadores: interesse, estado de humor, concentração, divertimento e interação grupal, verificou-se que a avaliação que assume maior expressão é “Bom”. Destacam-se com maior adesão e interesse as atividades de cariz religioso. Foram ainda executadas outras atividades que não estavam previstas no plano, porém foram resultado de oportunidades internas e externas que a equipa técnica e a direção entenderam pertinentes para os idosos.

No âmbito das atividades de animação foi elaborado um Relatório das Atividades que evidencia em pormenor as atividades dinamizadas, objetivos, recursos, média dos participantes entre outros.)

Informação Financeira e Contabilística



Equipe Roche
D. J. R.
S. R.

BALANÇO EM 31/12/2021

Rúbricas	Notas	Período	
		31-12-2021	31-12-2020
Ativo			
Ativo não corrente			
Investimentos Financeiros	7	2.645,89	1.227,86
Ativos fixos tangíveis	8	891.284,29	939.225,43
Sub-Total		893.930,18	940.453,29
Ativo corrente			
Inventários	9	3.990,69	2.224,58
Créditos a receber	10	265,05	265,05
Estado e outros entes públicos	11	2.298,55	4.077,09
Diferimentos	12	576,61	1.154,31
Outros ativos correntes	13	20.912,74	40.765,24
Caixa e depósitos bancários	14	219.740,95	143.938,54
Sub-Total		247.784,59	192.424,81
Total do ativo		1.141.714,77	1.132.878,10
Fundos Patrimoniais			
Fundos	15	114.658,51	114.658,51
Resultados transitados	15	105.657,42	48.728,95
Outras variações do fundo patrimonial	15	366.384,53	379.586,63
Sub-Total		586.700,46	542.974,09
Resultado líquido do período	15	11.897,55	60.741,21
Total do fundo patrimonial		598.598,01	603.715,30
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	16	265.917,40	288.386,05
Outros passivos não correntes	19	105.303,21	107.803,21
		371.220,61	396.189,26
Passivo corrente			
Fornecedores	17	17.028,30	18.540,68
Estado e outros entes públicos	18	18.792,92	18.762,95
Financiamentos obtidos	16	22.398,52	21.568,81
Outros passivos correntes	19	113.676,41	74.101,10
		171.896,15	132.973,54
Total do passivo		543.116,76	529.162,80
Total do fundo social e do passivo		1.141.714,77	1.132.878,10



[Handwritten signatures and initials]

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

Rúbricas	Notas	Período	
		31-12-2021	31-12-2020
Vendas e serviços prestados	20	349.200,67	317.528,06
Subsídios, doações e legados à exploração	21	252.253,02	271.082,13
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-72.251,22	-66.379,63
Fornecimentos e serviços externos	22	-125.813,26	-119.868,10
Gastos com o pessoal	23	-347.020,26	-294.900,74
Outros rendimentos	24	15.553,51	15.869,26
Outros gastos	25	-264,64	-1.108,83
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		71.657,82	122.222,15
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	26	-47.941,14	-48.885,10
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		23.716,68	73.337,05
Juros e gastos similares suportados	27	-11.819,13	-12.595,84
Resultado antes de impostos		11.897,55	60.741,21
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período	15	11.897,55	60.741,21



Contra
Rocha
Da
Leite
JK
m

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	Período	
		31-12-2021	31-12-2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		354.582,48	315.304,06
Recebimentos de subsídios, doações e legados à exploração		241.900,92	258.639,70
Pagamentos a fornecedores		-211.077,39	-189.387,40
Pagamentos ao pessoal		-269.126,00	-239.314,05
Caixa gerada pelas operações		116.280,01	145.242,31
Outros recebimentos / pagamentos		-8.615,88	1.457,06
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		107.664,13	146.699,37
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis			-51.560,09
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		77,41	22,90
Fluxos de caixa das actividades de investimentos (2)		77,41	-51.537,19
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-20.129,08	-20.886,36
Juros e gastos similares		-11.810,05	-12.595,84
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-31.939,13	-33.482,20
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		75.802,41	61.679,98
<hr/>			
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	143.938,54	82.258,56
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	219.740,95	143.938,54



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS 2021

Descrição	Notas	Fundo Patrimonial	Resultados transitados	Outras variações fundo social	Resultado Líquido do período	Total
Posição em 31 de Dezembro de 2020	1	114.658,51	48.728,95	379.586,63	60.741,21	603.715,30
Alterações no período						
Aplicação do resultado de 2020	15		60.741,21		-60.741,21	
Outras variações 2021	15		-3.812,74			
Reconhecimento de subsídios ao investimento	15					
Imputação aos outros rendimentos dos subsídios ao investimento	15			-13.202,10		-13.202,10
Sub - total	2		56.928,47	-13.202,10	-60.741,21	-13.202,10
Resultado líquido do período	3				11.897,55	11.897,55
Posição no fim do período de 2021	4=1+2+3	114.658,51	105.657,42	366.384,53	11.897,55	598.598,01

Paulina Rocha

[Signature]

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS 2020**

Descrição	Notas	Fundo patrimonial	Resultados transitados	Outras variações fundo social	Resultado líquido do período	Total
Posição em 31 de Dezembro de 2019	1	114.658,51	103.511,41	338.288,73	-26.167,83	530.290,82
Alterações no período						
Aplicação do resultado de 2019	15		-26.167,83		26.167,83	
Outras variações 2020	15		-28.614,63			-28.614,63
Reconhecimento de subsídios ao investimento	15			54.500,00		54.500,00
Imputação aos outros rendimentos dos subsídios ao investimento	15			-13.202,10		-13.202,10
Sub - total	2		-54.782,46	41.297,90	26.167,83	12.683,27
Resultado líquido do período de 2020	3				60.741,21	60.741,21
Posição no fim do período de 2020	4=1+2+3	114.658,51	48.728,95	379.586,63	60.741,21	603.715,30

Carim Roche
[Handwritten signatures]

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR VALÊNCIAS**

Rendimentos e Gastos	Apoio Domiciliário	Centro de Dia	Lar	Períodos	
				31-12-2021	31-12-2020
Vendas e serviços prestados	34.464,21	21.988,05	292.748,41	349.200,67	317.528,06
Subsídios, doações e legados à exploração	81.199,45	35.130,90	135.922,67	252.253,02	271.082,13
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-13.612,07	-10.061,09	-48.578,06	-72.251,22	-66.379,63
Fornecimentos e serviços externos	-20.167,86	-16.886,71	-88.758,69	-125.813,26	-119.868,10
Gastos com o pessoal	-79.814,62	-35.294,86	-231.910,78	-347.020,26	-294.900,74
Outros rendimentos	3.577,31	2.644,10	9.332,10	15.553,51	15.869,26
Outros gastos	-60,86	-44,99	-158,79	-264,64	-1.108,83
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	5.585,56	-2.524,60	68.596,86	71.657,82	122.222,15
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-8.150,00	-6.232,34	-33.558,80	-47.941,14	-48.885,10
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-2.564,44	-8.756,94	35.038,06	23.716,68	73.337,05
Juros e gastos similares suportados	-2.718,42	-2.009,21	-7.091,50	-11.819,13	-12.595,84
Resultado antes de impostos	-5.282,86	-10.766,15	27.946,56	11.897,55	60.741,21
Imposto sobre o rendimento do período					
Resultado líquido do período	-5.282,86	-10.766,15	27.946,56	11.897,55	60.741,21

Carolina Rocha

Luís Rocha
[Handwritten signatures]

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da entidade: Centro Social do Divino Espírito Santo de Peraboa, NIF 502 603 658

Sede: Largo Sítio da Abilheira, s/n.º 6200-591 Covilhã

Natureza da atividade

O Centro Social do Divino Espírito Santo de Peraboa é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, com objetivos de utilidade pública., com o C.A.E. principal 87301 – Atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento.

A Direção entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo decreto-lei 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O sistema de normalização é composto por:

- Bases para a apresentação das demonstrações financeiras (BADF);
- Modelos de demonstrações financeiras (MDF) – Portaria 220/2015 de 24 de julho;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura conceptual);
- Código de contas (CC) - Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF-ESNL) - Aviso n.º 8256/2015, de 16 de julho
- Normas interpretativas (NI).

3 Adoção pela primeira vez das NCRF — divulgação transitória

A Instituição adotou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro “NCRF” pela primeira vez em 2012 aplicando para o efeito, a NCRF 3 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). As NCRF foram aplicadas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A data de transição foi 1 de janeiro de 2012, e a Instituição preparou o seu balanço de abertura a essa data, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes, permitidas pela NCRF .Foram preparadas e aprovadas, de acordo com as disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.



Carine Roche
[Handwritten signatures]

4 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

4.1 Bases de apresentação

4.1.1 Continuidade

A Direção procedeu à avaliação da capacidade de a Instituição operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Direção concluiu que a Instituição dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

4.1.2 Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas respetivas contas das rubricas “*Outros ativos correntes e Outros passivos correntes*”.

4.1.3 Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

4.1.4 Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

4.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

4.1.6 Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Instituição, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações



Carine Rocha
[Handwritten signature]

das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- I. A natureza da reclassificação;
- II. A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- III. Razão para a reclassificação.

4.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

4.2.1. Ativos fixos tangíveis

As reintegrações do exercício foram determinadas de acordo as taxas fixadas para este tipo de entidades.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	20 anos
Equipamento Básico	entre 4 e 8 anos
Equipamento de transporte	entre 4 e 8 anos
Equipamento administrativo	entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 2 e 8 anos

Os ativos provenientes de doações e outras operações a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, valor pelo qual estão segurados, valor patrimonial tributário ou valor pelo qual figuravam na contabilidade. Os principais bens referem-se a imóveis, os quais são valorizados ao valor patrimonial tributário à data da aquisição gratuita deduzido de eventuais depreciações entretanto realizadas.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada no ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

4.2.2. Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo



Carine Rocha
19/07/2021
[Handwritten signature]

se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

4.2.3. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos financeiros*” de “*Empréstimos obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

4.2.4. Participações financeiras em subsidiárias

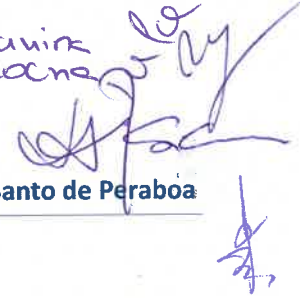
As participações em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são registadas pelo método do custo. De acordo com o método do custo, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função dos gastos incorridos anualmente, após a aquisição.

4.2.5. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Este ponto é aplicável a todos “*Instrumentos Financeiros*” com exceção:

- I. Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- II. Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - i. Alterações no risco segurado;
 - ii. Alterações na taxa de câmbio;
 - iii. Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - iv. Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - (i) Alterações no preço do bem locado;

Carina
Rocha



- (ii) Alterações na taxa de câmbio;
- (iii) Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Créditos a Receber

Os “Créditos a Receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Instituição avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

4.2.6. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições da sua atribuição e de que estes irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam. O reconhecimento no Fundo Patrimonial gera o reconhecimento de passivos relativos ao imposto a pagar correspondentes a esses subsídios.

4.2.7. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.



Carine Rocha
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- I. O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- II. É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- III. Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- IV. A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

4.2.8. Imposto sobre o rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos deste imposto “As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas”.

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 estariam sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87, com as exceções previstas nas alíneas a), b) e c) do n.º 3 do art.º 10.º, exceções que se aplicam à Instituição no exercício em análise relativamente aos rendimentos provenientes das atividades previstas naquele artigo nomeadamente, os relativos às modalidades de assistências medicamentosa, assistência médica e enfermagem e rendimentos prediais.

O imposto sobre o rendimento do exercício, registado na demonstração dos resultados, quando aplicável, corresponde à soma dos impostos correntes. Os impostos correntes são registados em resultados.

O imposto corrente a pagar, quando aplicável, é calculado com base no lucro tributável da Entidade. O lucro tributável pode ser diferente do resultado contabilístico, uma vez que pode excluir diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.



Carine
2021
[Handwritten signature]

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade referente aos anos de 2015 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4.2.9. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- I. a receber ou a Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- II. Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;
- III. Análise de imparidade de investimentos financeiros;
- IV. Registo de ajustamentos aos valores dos ativos (Clientes e outros créditos a receber);
- V. Apuramentos dos subsídios à exploração e ao investimento restituir.

4.2.10. Especialização de exercícios

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4.2.11. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), líquidos de descobertos bancários e de outros



Carine Rocha

financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31/12/2021 e em 31/12/2020 detalha-se conforme se segue:

Descrição	Conta	Período	
		31-12-2021	31-12-2020
Caixa (*)	11	979,85	1 487,56
Depósitos à ordem	12	218 761,10	142 450,98
Total		219 740,95	143 938,54

(*) - Valores guardados em cofre para pequenas despesas e valores recebidos depositados no mês seguinte

6 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não foram detetados erros relativamente ao período anterior.

7 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DO CUSTO

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e 31/12/2020 o valor registado na rubrica “Participações financeiras”, correspondia à rubrica de “Fundos de compensação do trabalho” no valor de 2.645,89 euros e 1.227,86 euros., respetivamente

8 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	2020					Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Ativos						
Saldo inicial	1 041 536,08	155 807,18	54 421,88	4 706,83	1 256 471,97	2 512 943,94
Aquisições	17 671,02	3 137,19		672,50	539,98	22 020,69
Transferências						
Saldo final	1 059 207,10	158 944,37	54 421,88	5 379,33	1 257 011,95	2 534 964,63
Depreciações acumuladas						
Saldo inicial	165 395,42	80 197,20	40 082,68	4 706,83	290 382,13	580 764,26
Depreciações exercício	17 876,23	26 211,59	3 584,80	672,50	539,98	48 885,10
Saldo final	183 271,65	106 408,79	43 667,48	5 379,33	1 257 011,95	1 595 739,20
Ativo líquido	875 935,45	52 535,58	10 754,40			939 225,43



Rainier
2020
20

[Handwritten signature]

Descrição	2021					Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Ativos						
Saldo inicial	1 059 207,10	158 944,37	54 421,88	5 379,33	1 257 011,95	2 534 964,63
Aquisições						
Saldo final	1 059 207,10	158 944,37	54 421,88	5 379,33	1 257 011,95	2 534 964,63
Depreciações acumuladas						
Saldo inicial	183 271,65	106 408,79	43 667,48	5 379,33	1 257 011,95	1 595 739,20
Depreciações exercício	17 876,23	26 480,11	3 584,80			47 941,14
Saldo final	201 147,88	132 888,90	47 252,28	5 379,33	1 257 011,95	1 643 680,34
Ativo líquido	858 059,22	26 055,47	7 169,60			891 284,29

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, referidas no ponto 4.2.1.

9 INVENTÁRIOS

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020 a rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas”, é detalhado como se segue:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Saldo inicial	2 224,58	2 164,82
Compras	74 017,33	66 439,39
Saldo final	3 990,69	2 224,58
Gasto no exercício	72 251,22	66 379,63

10 CREDITOS A RECEBER (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020 a rubrica “créditos a receber” correspondia aos saldos a receber de utentes no valor de 265,05 euros e 265,05 euros, respetivamente.

11 ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020 os saldos na rubrica “Estado e outros entes públicos” no montante de 4.077,09 euros e 2.298,55 euros, respetivamente, correspondia ao valor a receber respeitante a restituição de 50% do IVA pago na aquisição de géneros alimentares, bens de investimento e serviços de construção.

12 DIFERIMENTOS (ATIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e 31/12/2020 na rubrica “Diferimentos” os valores 576,61 e de 1.154,31 euros correspondiam aos gastos com seguros liquidados nestes anos respetivamente mas que correspondem a gastos a considerar nos anos seguintes.

13 OUTROS ATIVOS CORRENTES

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e 31/12/2020, a rubrica “Outros ativos correntes”, é detalhada como se segue:



Carine
Rocenas
[Handwritten signature]

Descrição	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Acréscimos de rendimentos - Mensalidades	17 429,87	16 899,00
Camara Municipal da Covilhã	1 666,63	20 000,00
Adaptar Social +		3 866,24
Medicamentos	1 816,24	
Total	20 912,74	40 765,24

Nos exercícios anteriores não foram reconhecidos saldos nesta rubrica.

14 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica "outros ativos correntes" é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Caixa	979,85	1 487,56
Depósitos à ordem	218 761,10	142 450,98
Total	219 740,95	143 938,54

15 FUNDO PATRIMONIAL

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, o "Fundo patrimonial" é detalhado como segue:

Descrição	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Fundo Patrimonial	114 658,51	114 658,51
Resultados transitados	105 657,42	48 728,95
Outras variações capital próprio	366 384,53	379 586,63
Resultado líquido do período	11 897,55	60 741,21
Total	598 598,01	603 715,30

16 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica "Financiamentos obtidos" apresentava a seguinte decomposição

Descrição	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Novo Banco	288 315,92	309 954,86
Total	288 315,92	309 954,86

Carina Rocha
[Handwritten signature]

Os pagamentos dos financiamentos obtidos são detalhados como se segue:

Instituições de crédito	Corrente	Não corrente	Total
Novo Banco - M.L.P. - Contrato 0770085270	18 888,88	221 101,22	239 990,10
Novo Banco - M.L.P. - Contrato 0770091024	3 509,64	44 886,31	48 395,95
Total	22 398,52	265 987,53	288 386,05

Instituições de crédito	2023	2024	2025	Seguintes
Novo Banco - M.L.P. - Contrato 0770085270	19 560,67	20 259,43	20 976,86	160 304,26
Novo Banco - M.L.P. - Contrato 0770091024	3 634,47	3 763,72	3 897,61	33 590,51
Total	23 195,14	24 023,15	24 874,47	193 894,77

17 FORNECEDORES

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020 a rubrica "Fornecedores" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Fornecedores c/c	17 028,30	18 540,68
Total	17 028,30	18 540,68

18 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (PASSIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Retenção impostos sobre o rendimento	1 550,10	1 811,88
Contribuições para a segurança social	17 060,46	16 841,20
FCT/FGCT	182,36	109,87
Total	18 792,92	18 762,95



Carina Roche
[Signature]
[Signature]
[Signature]

19 OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica “Outros passivos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2021	31-12-2020
Pessoal	2 762,55	1 640,76
Fundadores/associados/membros (não corrente)	105 303,21	105 303,21
Fornecedores de investimento c/ corrente	17 969,92	19 603,30
Credores por acréscimo de gastos - remunerações	53 547,83	37 622,16
Credores por acréscimo de gastos - outros	39 396,11	15 234,88
Total	218 979,62	179 404,31

20 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica “Vendas e serviços prestados” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2021	31-12-2020	
Vendas	14 204,59	12 051,87	
Materiais de consumo	14 204,59	12 051,87	17,86%
Prestação de serviços	334 996,08	305 476,19	
Quotas dos utilizadores	332 680,08	303 052,19	9,78%
Quotizações	2 316,00	2 424,00	-4,46%
Total	349 200,67	317 528,06	9,97%

O valor registado na rubrica de “Vendas – Materiais de consumo” respeita à dispensa aos utentes de produtos de incontinência, higiene pessoal e consumíveis de enfermagem. Nos exercícios anteriores foram registados na rubrica de “Serviços secundários”.

21 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica “Subsídios à exploração” apresentava a seguinte decomposição:



Ravina
Rosa

[Handwritten signatures]

Descrição	Período		Variação
	31-12-2021	31-12-2020	
I.S.S. - I.P. - Acordos cooperação	197 014,91	214 549,19	-8,17%
Medidas excecionais de apoio à família	465,96	190,62	144,44%
Adaptar Social +	874,00	7 866,22	-88,89%
Autarquia - Município da Covilhã	9 379,94	1 182,47	693,25%
IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional	40 459,16	41 165,52	-1,72%
IAPMEI	929,50		
Doações	3 129,55	6 128,11	-48,93%
Total	252 253,02	271 082,13	-6,95%
	252 253,02	271 082,13	

O valor registado na rúbrica “IEFP” corresponde aos valores recebidos do Instituto de Emprego e Formação Profissional relativos a Estágios Profissionais e, principalmente, a colaboradores ao serviço da Instituição ao abrigo de processos MAREESS - Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde.

22 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2021	31-12-2020	
Trabalhos especializados	10 035,05	10 941,29	-8,28%
Vigilância e segurança	378,23	602,70	-37,24%
Honorários	23 718,22	22 408,52	5,84%
Conservação e reparação	9 908,76	4 408,81	124,75%
Serviços bancários	78,00	81,93	-4,80%
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	9 321,33	7 702,34	21,02%
Material escritório	701,46	1 130,22	-37,94%
Produtos p/higiene pessoal de utentes	16 844,17	1 942,83	766,99%
Outros materiais p/atividades das valências	453,31	582,84	-22,22%
Artigos para oferta		94,05	-
Eletricidade	13 623,24	16 921,51	-19,49%
Combustíveis	8 548,24	11 487,49	-25,59%
Água	10 897,80	11 194,27	-2,65%
Gás	3 371,95	1 828,72	84,39%
Deslocações e estadas	104,86	26,01	303,15%
Rendas e alugueres		342,33	-



Carine Roche
 Date
 [Handwritten signatures]

Descrição	Período		Variação
	31-12-2021	31-12-2020	
Comunicação	3 801,73	1 424,39	166,90%
Seguros	1 202,94	1 645,08	-26,88%
Contencioso e notariado		65,00	-100,00%
Limpeza, higiene e conforto	12 542,98	25 037,77	-49,90%
Outros serviços	280,99		-
Total	125 813,26	119 868,10	4,96%

23 GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, rubrica "Gastos com o pessoal" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2021	31-12-2020	
Remunerações do pessoal	280 447,86	241 588,68	16,08%
Indemnizações	2 564,21		
Encargos sobre remunerações	57 604,68	48 099,18	19,76%
Seguros acidentes trabalho	3 849,74	2 832,86	35,90%
Outros gastos com o pessoal	2 553,77	2 380,02	7,30%
Total	347 020,26	294 900,74	17,67%

Número médio de funcionários	32	25	28,00%
-------------------------------------	-----------	-----------	---------------

24 OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/20120 a rubrica "Outros rendimentos e ganhos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2021	31-12-2020	
Consigação de IRS	2 244,70	1 796,45	-
Desconto P.P.obtidos	0,02	847,81	-
Imputações de subsidios ao investimento	13 202,10	13 202,10	-
Outros não especificados	29,28	22,90	-
Juros de depósitos	77,41		-
Total	15 553,51	15 869,26	-1,99%



Carim
12022

[Handwritten signatures and initials]

25 OUTROS GASTOS

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica "Outros gastos" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2021	31-12-2020	
Impostos	264,64	240,48	10,05%
Quotizações		259,35	-
Outros não especificados		609,00	-
Total	264,64	1 108,83	-76,13%

26 GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" apresentava a seguinte decomposição:

Rúbrica	Período		Variação
	31-12-2021	31-12-2020	
Ativos fixos tangíveis (nota 8)	47 941,14	48 885,10	-1,93%
Total	47 941,14	48 885,10	-1,93%

27 GASTOS DE FINANCIAMENTO

Nos exercícios findos em 31/12/2021 e em 31/12/2020, a rubrica "Gastos de financiamento" apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variação
	31-12-2021	31-12-2020	
Juros suportados com financiamentos obtidos	10 957,65	11 686,45	-6,24%
Outros gastos e perdas de financiamento	861,48	909,39	-5,27%
Total	11 819,13	12 595,84	-6,17%



Caetano Roche
D. M. J.
D. M. J.
D. M. J.

28 VALOR DO CUSTO MÉDIO POR UTENTE

Descrição	Apoio Domiciliário	Centro de Dia	LAR
Total de encargos	121 805,41	68 519,99	402 965,12
Número médio de utentes	15	7	28
Custo anual por utente	8 120,36	9 788,57	14 391,61
Custo médio mensal por utente	676,70	815,71	1 199,30

29 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Direção informa que a Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Direção informa que a situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

30 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

A epidemia do vírus Covid-19, ainda que com um impacto menos grave, obriga à manutenção de medidas de contenção aconselhadas pelas diversas autoridades. A acrescer a este fator negativo, o mundo depara-se com uma guerra que irá certamente fazer antecipar uma degradação acentuada do perfil do crescimento económico em 2021. A escala, dimensão e duração do atual momento de incerteza, torna difícil avaliar a dimensão dos seus impactos diretos e indiretos, e, como tal, estimar, à data de hoje, o seu valor.

No entanto e tendo em conta a atividade a desenvolver em 2022, é expetativa da direção que os impactos terão efeitos muito significativos. No entanto, dada a incerteza, a direção não está em condições de fornecer informação económica e financeira exata, sobre o impacto nos gastos da Instituição.

Considerando os desenvolvimentos recentes, existe ainda muito incerteza sobre o futuro desenvolvimento da situação. Nesta data a Direção informa que não existem indicadores de que as atividades da instituição venham a ser interrompidas, e por isso, entendemos que não está em causa a continuidade da Instituição.



31 DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PELA DIRECÇÃO

A Direcção aprovou as demonstrações financeiras em 2022/03/23.

Contabilista certificado	Presidente	Vice Presidente	Tesoureiro	Secretário	Vogal
José Damasceno	Ana Maria Matias	Maria Stela Santos Gamboa	Carina Maria Fernandes Rocha	Maria Dulce Justina Fonseca	Maria José Rodrigues Curto